

HABEAS CORPUS Nº 540.992 - PR (2019/0315174-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : CAMILA CARNEIRO LOPES E OUTRO
ADVOGADOS : CAMILA CARNEIRO LOPES - PR054228
SUELLEN PERUZO GIACOMINI - PR054227
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : JULIO CESAR DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

JULIO CESAR DE SOUZA alega sofrer constrangimento ilegal diante de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná** no HC n. 41178-44.2019.8.16.0000.

Nesta Corte, a defesa sustenta a ausência de motivação idônea para decretação e manutenção da prisão preventiva do acusado, pela suposta prática do crime de roubo circunstanciado.

Afirma que os réus não estavam armados por ocasião da ocorrência delituosa, assim como o bem foi restituído à vítima sem qualquer avaria.

Aduz, ainda, que o paciente registra "apenas delitos de menor potencial ofensivo como antecedentes [...], relacionados à violência doméstica" (fl. 24).

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura ou a substituição da custódia por medidas cautelares diversas.

Indeferida a liminar (fls. 71-72) e prestadas as informações (fls. 79-81), manifestou-se o Ministério Público Federal pela denegação da ordem (fls. 84-86).

Decido.

I. Contextualização

Expõem os autos que, no dia 11/8/2019, o Juízo singular homologou a segregação em flagrante do investigado e de um comparsa, pelo suposto cometimento, na véspera, da infração prevista no art. 157, §

2º, II, Código Penal, e a converteu em cárcere provisório, sob os seguintes fundamentos (fls. 46-48, grifei):

Consta nos autos que **cinco homens**, que estavam em um veículo Honda Civic prata placa FLQ7475, **abordaram a vítima** Douglas Graziani Neto **e subtraíram o veículo** Toyota Corola de cor preta placa AOP-0A16 **da vítima e se evadiram [em] sentido ignorado**. Após diligências realizadas pela equipe policial da região, foi avistado o veículo Honda Civic placa FLQ7475 na cidade de Santo Antônio da Platina; realizada a abordagem, **identificou-se [sic] os indivíduos Julio Cesar e Rodrigo, os quais afirmaram que** estavam retornando da cidade de Wenceslau Braz, onde **foram cobrar uma dívida da vítima Douglas**, juntamente com Diego Cardoso de Oliveira, Ewerton Nivaldo Brustolin Oliveira e Jackson Floriano Motta.

[...] As condutas praticadas pelos autuados, se enquadram, em tese, na redação do artigo 157, § 2º, inciso II, do Código Penal. **A gravidade concreta dos delitos, revelada pelo *modus operandi* empregado e a possibilidade concreta de reiteração delitiva**, são circunstâncias hábeis e ofender a ordem pública [sic].

Com efeito, **os investigados ostentam antecedentes criminais**, conforme informação do sistema Oráculo. Ora, **tal circunstância revela a alta periculosidade dos flagrados e colocam em risco a ordem pública**, justificando, assim, a decretação da sua custódia preventiva, **demonstrada a possibilidade concreta de reiteração delitiva**. [...]

Além disso tem-se a **necessidade de assegurar a aplicação da lei penal, tendo em vista que os autuados deixaram claras suas inclinações à prática delituosa** sem se importarem com as consequências de seus atos, [...] **delitos de tamanha gravidade – exercidos em concurso de agentes e com violência** – [...].

É dizer que **a vítima Douglas corre o risco de ver-se uma vez mais objeto dos fatos delituosos aqui veiculados**, pois restou demonstrado que **os flagrados conhecem a vítima, e há indícios de serem integrantes de organização criminosa (PCC)**, o que impõe a cautelar de **prisão preventiva como medida única capaz de salvaguardar a vítima**.

Portanto, a medida é necessária para evitar que os flagrados soltos, tornem a delinquir, colocando em risco a segurança da vítima, e pratiquem novos roubos como já informado nos

autos.

[...] Acrescente-se por fim, que **a adoção das medidas cautelares estabelecidas no artigo 319, do CPP, por ora, não se demonstram suficientes para evitar a prática de infrações penais, ante o risco de reiteração** evidenciado pelo registro de atos infracionais, além da notória ausência de mecanismos de fiscalização.

O Tribunal de origem denegou a impetração originária parcialmente conhecida. Estas foram as conclusões preliminares (fls. 56-60, destaquei):

8. Forçoso reconhecer, de início, que **a arguição subsidiária, relativa ao reconhecimento do ilícito de exercício arbitrário das próprias razões, em detrimento do crime de roubo, sequer pode ser conhecida nesta estreita via do writ.**

Tais alegações são pertinentes ao mérito da ação penal e dependem da análise das provas a serem nela produzidas.

A desclassificação do tipo penal imputado ao paciente é matéria a ser analisada necessariamente em sentença, após a avaliação de todas os elementos probantes colhidos no curso da correspondente causa criminal, sendo impossível proceder tal juízo na via do mandamus.

[...] 9. Reclama o nobre causídico, *prima facie*, que os Senhores JULIO e RODRIGO teriam sido presos preventivamente de modo indevido, já que **não teriam qualquer envolvimento na empreitada criminosa em questão.** [...]

Forçoso admitir, nesse diapasão, que o decreto preventivo está alicerçado em elementos concretos, representados pela palavra dos policiais militares que efetuaram a prisão dos agentes. [...]

Daí porque, divisa-se do material inquisitório que **os indícios de autoria estão suficientemente delineados**, porquanto demonstrado o nexó dos pacientes com o crime em comento.

Indubitável que, com a instrução processual e o exame aprofundado do caso na primeira instância, poder-se-á chegar a resultado diverso da imputação do crime aos pacientes. Mas, ao menos **no estágio atual, não há como se coadunar com a tese de que eles são peças neutras no cenário fático supra exposto.**

Em consequência, delineado o *fumus commissi delicti*, esta queixa se mostra descabida.

Em consulta à página eletrônica da Corte estadual, o gabinete verificou que há audiência de instrução fixada para o dia 14/1/2020. Em 22/11/2019, o sítio eletrônico evidencia a informação: "audiência de inquirição redesignada", conquanto não noticie a nova data estabelecida.

Feitos esses registros, analiso as teses defensivas.

II. Idoneidade do decreto de cautela extrema

O confinamento preventivo possui natureza excepcional, sempre sujeito à reavaliação, de modo que a decisão judicial que o impõe ou o mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, **deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a constrição**, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

Apoiado nessa premissa, observo que **são bastantes as ponderações** invocadas pelo Magistrado para embasar a ordem de custódia do réu, porquanto contextualizou, em **elementos concretos** dos autos, o *periculum libertatis*.

Enunciam os autos que **o acusado já foi investigado/denunciado** por furto qualificado, embriaguez ao volante, receptação, lesão corporal, violação de domicílio e, mais de uma vez, por violência doméstica. É certo que, em duas ocasiões, extinguiu-se a punibilidade pela prescrição. Todavia, outros **três casos referem-se à condenação/execução por delitos violentos** (fls. 32-44).

Tais circunstâncias revelam a **probabilidade efetiva de renovação de práticas infracionais** e a **concreta periculosidade social do paciente**.

Esses fatores são **suficientes**, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, **para a imposição do cárcere provisório**, conforme se depreende destes precedentes:

[...] 3. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado

de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

4. **No presente caso, a prisão preventiva está devidamente justificada para a garantia da ordem pública, em razão da periculosidade do agente, evidenciada** (i) pela gravidade da conduta (golpear a vítima, que é seu primo, com um punhal, após a ingestão de álcool, por imaginar um suposto desentendimento com a mesma); e (ii) **e pelo risco de reiteração delitiva, porquanto o réu possui anotações pretéritas pela prática de atos infracionais e anotação criminal pela prática de lesão corporal dolosa no contexto de violência doméstica.** A prisão preventiva, portanto, mostra-se indispensável para garantir a ordem pública.

5. Nos termos da orientação desta Corte, inquéritos policiais e processos penais em andamento, muito embora não possam exasperar a pena-base, a teor da Súmula 444/STJ, constituem elementos aptos a revelar o efetivo risco de reiteração delitiva, justificando a decretação ou a manutenção da prisão preventiva (RHC n. 68550/RN, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 31/3/2016).

6. Da mesma forma, a prática de ato infracional, embora não possa ser utilizada para fins de reincidência ou maus antecedentes, por não ser considerada crime, pode ser sopesada na análise da personalidade do paciente, reforçando os elementos já suficientes dos autos que o apontam como pessoa perigosa e cuja segregação é necessária.

7. As condições subjetivas favoráveis do recorrente, por si sós, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

8. Recurso improvido.

(RHC n. 113.886/MS, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 2/9/2019, grifei)

[...] 1. A prisão preventiva é cabível mediante decisão

devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.

2. ***In casu*, a custódia cautelar está devidamente fundamentada na periculosidade social do recorrente**, dada a gravidade *in concreto* do delito, uma vez que é acusado da prática de estupro contra duas crianças, em ambiente familiar, e no **risco de reiteração delitiva, pois responde a processos criminais pela prática dos delitos de porte ilegal de arma de fogo e de ameaça em contexto de violência doméstica**.

3. Condições pessoais favoráveis não têm, em princípio, o condão de, isoladamente, revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar sua necessidade, como na espécie.

4. **Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando a segregação se encontra justificada e se mostra necessária**, dada a potencialidade lesiva da infração denunciada.

5. Recurso em *habeas corpus* improvido.

(RHC n. 111.746/TO, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, 6ª T., DJe 13/8/2019, destaquei)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. AMEAÇA E INJÚRIA PRATICADAS CONTRA A PRÓPRIA GENITORA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. MULTIRREINCIDÊNCIA. MAUS ANTECEDENTES. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ART. 313, INCISOS II E III, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. REQUISITOS PREENCHIDOS. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

1. **A alegação de que o Recorrente é multirreincidente na prática dos mesmos crimes e possui maus antecedentes é fundamento idôneo para a decretação da custódia cautelar para a garantia da ordem pública e evitar a reiteração criminosa. Precedentes.**

2. **A jurisprudência da Suprema Corte é no sentido de que "a periculosidade do agente e a fundada probabilidade de reiteração criminosa constituem fundamentação idônea para a decretação da custódia preventiva" (HC 150.906 AgR, Rel. Ministro ROBERTO**

BARROSO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 25/04/2018.).

3. A decretação da prisão cautelar foi adequadamente motivada com base no art. 313, incisos II e III, do Código de Processo Penal, haja vista que apesar de as penas máximas cominadas em abstrato serem menores de 4 (quatro) anos o Acusado é multirreincidente e **os crimes envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher.**

4. **Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.**

5. Recurso ordinário em *habeas corpus* desprovido.
(RHC n. 109.222/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, 6ª T., DJe 11/6/2019, grifei)

Concluo, pois, haver sido **demonstrada a exigência cautelar** justificadora da clausura preventiva do réu.

III. Inadequação de outras medidas cautelares

Diante do fundado risco de repetição delitiva, a **adoção de providências acautelatórias diversas** não se prestaria a evitar o cometimento de novas condutas penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

Dessa forma:

[...] V - Adequada fundamentação do *decisum a quo* demonstrando a **real possibilidade de reiteração das condutas delitivas**, portanto, **não se faz viável a substituição da custódia por medidas cautelares diversas da prisão**, em razão dos múltiplos riscos à ordem pública.

Agravo Regimental desprovido.

(AgRg na PET no RHC n. 90.040/RJ, Rel. Ministro Felix Fischer, 5ª T., DJe 13/4/2018, grifei)

IV. Dispositivo

À vista do exposto, **denego a ordem.**

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

